



através de um conjunto de regras e princípios em linha com as definições previstas na lei comunitária. Em Portugal, o Código é gerido pelo ISR-UC, e, segundo Paula Fonseca e Carlos Patrão, “é junto dos clientes que este tem ganho mais importância, sendo uma mais-valia para a ESE na hora da negociação”.

Também em resultado do Transparensense, um novo projecto europeu está em andamento. Trata-se do EPC+, cuja missão é apoiar a criação de parcerias (clusters) de PME (chamadas

SPIN) que oferecem serviços de eficiência energética de elevada qualidade. “Uma SPIN é um consórcio de duas ou mais empresas que, em parceria, oferecem pacotes de serviços energéticos padronizados com tecnologias específicas para CDE. A gama de serviços prestados no seio de uma SPIN pode ser vista como uma ESE flexível e altamente adaptável”, esclarece Paula Fonseca. O projecto conta com o ISR-UC como entidade Observadora e Facilitadora do processo.

“A longo prazo, quem beneficia da eficiência energética é que deve pagar. Logo, o proprietário do edifício. Mas há um benefício comum na eficiência energética e o mercado é ainda muito imaturo, por isso, penso que precisamos de fundos públicos para tornar o tal *pipeline* maior. Precisamos de dinheiros públicos para melhorar o clima de investimento, de forma a que investidores e proprietários estejam mais interessados, e a que, progressivamente, estes últimos possam assumir os custos na totalidade”.



Panama Bartholomy, director *Investor Confidence Project Europe*